

Valorizar a componente marítima na defesa nacional

ANTÓNIO CARLOS FUZETA DA PONTE*

O desanuviamento das relações leste-oeste veio proporcionar uma até aqui quase impensável evolução nos países do centro e leste da Europa, uma acelerada unificação da Alemanha e o início dum processo de profunda alteração da União Soviética, no caminho duma democratização política, em que a liberdade e outros valores fundamentais da civilização ocidental foram escolhidos como metas a atingir.

Como consequência, assiste-se a uma espectacular transformação política na Europa oriental e central, ao fim da divisão da Europa e ao dissipar das relações de confronto características da guerra fria. Na lógica destes acontecimentos, inscrevem-se as perspectivas de reduções significativas de armamentos, unilaterais e negociados, tais como as que resultarão das negociações sobre forças convencionais na Europa (FCE), armamentos nucleares (START e SNF) e armas químicas.

De toda esta formidável evolução, a Aliança Atlântica surge com um novo papel político na arena internacional, aliás exemplarmente definido na Declaração de Londres, da qual se destaca a passagem dum regime de confrontação para um de cooperação com os países do defunto Pacto de Varsóvia; um diálogo acrescido com o Leste, tendo em vista o encorajamento de reformas políticas e económicas, como agentes de mudança; a transição para um regime de multipolaridade (versus bipolaridade fria) e a intensificação da interdependência entre nações europeias.

Em todo este processo, as negociações CSCE (Conferência de Segurança e Cooperação na Europa) tiveram - e mantêm - um papel preponderante no fortalecimento do sentimento da defesa colectiva atrás enunciada. A NATO surge, assim, também, como factor estabilizador da política mundial, favorecendo a transição para a criação dum futuro

*Vice-Almirante. Ao tempo, representante militar de Portugal na NATO. Actual Chefe de Estado-Maior da Armada.

organismo europeu de segurança, mais amplo, mas com características ainda por determinar.

O actual contexto mundial vem dar, contudo, maior ênfase a possíveis conflitos regionais e ao reaparecimento de nacionalismos exacerbados. A crise criada pela invasão iraquiana foi uma chamada de atenção - e, eventualmente, uma «pedrada no charco» - no exacerbado optimismo criado pelas favoráveis condições da evolução internacional.

Notável será, porém, verificar que, ao longo deste conflito, a ideia e execução da defesa colectiva tem ganho expressão única na vida do nosso planeta. Recordo, por exemplo, que as deliberações das Nações Unidas têm vindo a ser «sine qua non» para utilização da força dos países alinhados no pensamento ocidental. A ideia de defesa de país isolado - «cercado de muralhas») - como modelo inspirador de estratégias nacionais parece, assim, tomar-se, cada vez mais, letra morta no contexto dos países ocidentais. E não só.

Evolução do pensamento estratégico ocidental

Espera-se que as negociações FCE, actualmente em curso, conduzam à assinatura dum tratado a breve trecho. Contudo, só entre 1995 e 1997 nos encontraremos numa situação de paridade de forças convencionais na Europa. Desejavelmente, estará então assinado também um acordo START, que conduzirá à paridade nuclear entre os Estados Unidos e a União Soviética.

Neste contexto de paridade, e como resultado da concretização dum tratado FCE, a União Soviética reduzirá consideravelmente as suas forças, ficando assim muito diminuída a possibilidade de um ataque de surpresa contra qualquer região. De facto, quaisquer operações ofensivas de maior envergadura não poderão ser realizadas, nem mantidas, sem reforços trazidos de forças estacionadas a leste dos Urais. Desta forma, qualquer ofensiva soviética exigirá uma preparação significativa, o que permitirá dispor-se dum tempo de aviso muito superior àquele que actualmente se considera.

Está então previsto que as forças soviéticas venham a encontrar-se estacionadas dentro das suas próprias fronteiras, podendo a Europa central, bem como a região báltica, vir a constituir uma zona tampão, não só para a União Soviética mas também para a NATO.

O risco de conflito poderá eventualmente ser bem maior nos flancos que na Europa central, em parte devido ao menor nível de reduções previstas para essas áreas e em parte porque não existe nenhuma zona tampão, e por ser por aí que o reforço soviético poderá

ser efectuado com maior rapidez. A probabilidade de conflito será possivelmente superior na região sul à da região norte, dada a instabilidade dos Balcãs e a agitação no Cáucaso, bem como o sempre presente problema do fundamentalismo islâmico e da instabilidade árabe.

É numa conjuntura deste tipo que enquadro a decisão tomada na Cimeira de Londres de rever os princípios estratégicos fundamentais da Aliança. A NATO, como aliança defensiva que é, continuará a sublinhar que nunca utilizará nenhuma das suas armas, excepto em caso de legítima defesa (princípio da defesa) e que tenciona manter, ao nível mais baixo e mais estável possível, as forças nucleares requeridas para a prevenção da guerra (princípio da dissuasão).

De facto, num regime de paridade de forças convencionais, um eventual conflito poderá ter maior duração, uma vez que a NATO terá maior capacidade para uma defesa convencional, o que permite tornar mais tardia a aplicação nuclear. Contudo, um conflito convencional prolongado na Europa teria efeitos destruidores intoleráveis, que aconselham vivamente continuar a optar por uma estratégia credível de aplicação nuclear, isto é, uma opção de «só prevenção/guerra não».

É com base nestes princípios que a NATO está preparando os novos conceitos de estratégia militar aliada, os quais se afastam, quando necessário, do anterior conceito da «defesa avançada» para se orientarem mais para uma «presença avançada reduzida»; por outro lado, modificam o actual conceito da «resposta flexível» para reflectir uma menor dependência das armas nucleares.

Vejamos então como se poderão aplicar, após concretização do tratado FCE, os conceitos operacionais da nova estratégia aliada.

Os conceitos ar/terra serão influenciados por níveis de forças nitidamente mais baixos, pela ausência duma linha de fronteira bem definida - pelo menos na região central - e pela continuação da vantagem geoestratégica usufruída pela União Soviética, de linhas de comunicação internas e curtas, até ao potencial teatro de operações na Europa, quando comparadas com as extensas linhas de comunicação transatlânticas aliadas.

Estas novas condições de níveis de forças, mais baixos, aconselham a NATO a dispor de capacidade de concentrar forças rapidamente nos principais eixos de possíveis ataques. Isto obrigará a maior mobilidade, a aplicação de maior flexibilidade ao poder de fogo e ao poder aéreo, e a um eficaz sistema de comando, controlo e comunicações.

O princípio da «presença avançada reduzida» poderá então ser aplicado mediante utilização de alta mobilidade, baseada em concentração e contra-concentração de forças, de preferência integradas em corpos multinacionais.

A situação pós-FCE obrigará, portanto, a uma mudança do actual sistema de grandes números de forças estacionadas no local, mantidas em altos estados de prontidão, para uma maior ênfase na capacidade de mobilizar forças e receber reforços, o que vem emprestar uma importância acrescida à manutenção de reservas adequadas e eficientes, para além das pequenas unidades activas, indispensáveis para demonstrar a coesão da Aliança em tempo de paz.

Julgo que este conceito de defesa terrestre tem aplicação integral no caso português. Dele destaco a necessidade de promover as acções adequadas à criação de forças menores, mas mais activas, versáteis e de alta mobilidade, enquadradas numa estrutura que permita uma mobilização rápida e eficaz, quando necessário. A logística assume, mais que nunca, um papel primordial.

No que respeita ao emprego das forças aéreas, a tendência no seio da Aliança orienta-se para o reforço das forças de defesa aérea, relativamente às restantes acções aéreas.

Tal tendência - a ser seguida - afigura-se-me bastante vantajosa para Portugal, uma vez que viria contemplar, de forma mais profunda, a defesa aérea do largo triângulo estratégico português, cujo espaço interterritorial, de carácter marítimo, fornece a profundidade de que o território continental não dispõe. Polariza ainda o esforço aéreo para a vertente atlântica, de tanto e tão largo interesse para Portugal.

Num período pós-FCE, quer a NATO quer a União Soviética só terão quantidades muito limitadas de forças instaladas no terreno, dependentes de mobilização e, por outro lado, a presença militar dos Estados Unidos será também reduzida. Permanecem, contudo, as assimetrias geoestratégicas, que não mudam por tratado. Qualquer estratégia aliada credível de prevenção de guerra continua a requerer uma ligação íntima com os Estados Unidos e, portanto, em caso de conflito, o reforço e reabastecimento vindo da América do Norte.

A necessidade de protecção das linhas de comunicação marítimas torna-se, nestas novas circunstâncias, ainda mais relevante. Isto não só porque os níveis de forças inicialmente disponíveis resultantes da aplicação do conceito da «presença avançada reduzida» - são mais baixos, mas também porque a União Soviética continua a apresentar um impressionante poder naval, em fase de permanente modernização. Assim sendo, não se prevê alteração sensível na aplicação da componente marítima da estratégia da NATO e até

se antevê um acréscimo de importância em manter um sistema de linhas de comunicação marítimas dinâmico e bem protegido.

A desconcentração de forças da região central traz aos flancos e à periferia da Europa uma maior importância e, portanto, uma vulnerabilidade acrescida. Neste cenário, os três territórios de Portugal ocupam um papel geoestratégico de renovada importância e interesse.

Recordo a expressão utilizada pelo ministro da Defesa Nacional na sua alocução aos auditores do curso de Defesa Nacional, no Porto, em 22 de Junho de 1990: «No espaço geográfico português importa ser valorizada a função da ligação portuguesa, situada no ponto de confluência das componentes europeia e americana da própria Aliança Atlântica». É o que está justamente a acontecer.

A valorização da componente atlântica, valorização esta que vem facilitar a concretização de mais um objectivo permanente da política externa portuguesa: o estreitamento dos laços que soubemos criar com os países africanos que falam português. Temos raízes históricas em África e no Brasil, cujas relações há que privilegiar.

O actual pensamento estratégico português

Em qualquer país, o pensamento estratégico está não só condicionado pelo seu passado histórico, como ainda baseado nos factores de identidade nacional, onde vai buscar as suas raízes mais profundas.

A nação portuguesa caracterizou-se, sempre, por uma vincada natureza marítima. Foi essa condição marítima e atlântica que ajudou, logo desde o início da nacionalidade, a que Portugal se comesçasse a distinguir do resto da península Ibérica e que determinou, aliás, a assimetria do litoral em relação ao interior, que ainda hoje perdura.

Foi também na sequência lógica desse desenvolvimento litoral que Portugal completou a sua expansão, primeiro na reconquista do território peninsular aos mouros, mais tarde no alargamento do seu território às ilhas do Atlântico Norte, o que lhe trouxe condições de viabilidade frente ao seu poderoso vizinho espanhol. Ao acrescentar a Madeira e os Açores ao território continental, Portugal adicionou inequivocamente uma componente atlântica à sua inicial condição europeia. Estruturou-se, assim, o país numa base euro-atlântica que, daí em diante, o projectou como potência marítima nas quatro partidas do mundo e lhe conferiu uma identidade própria, condição *sine qua non* da independência do seu povo.

De facto, não podemos esquecer que Portugal tem fronteiras terrestres somente com a Espanha, que lhe é cinco a seis vezes superior em área, recursos, população, potencial económico e financeiro. Não foi na Europa continental que os portugueses conseguiram ir buscar o apoio necessário ao equilíbrio da formidável atracção centrípeta deste seu único vizinho. Esse apoio - dantes como agora - tiveram que ir buscá-lo ao mar oceano, ao Atlântico, ao «mar decisivo», na eloquente expressão do professor Borges de Macedo.

Enquanto Portugal se conseguiu afirmar como forte potência marítima - a partir da época dos Descobrimentos e, nomeadamente, nos reinados de D. João II e D. Manuel I - conseguiu prosseguir livremente a sua própria política; sem qualquer dependência ou subordinação a outras nações. Foi neste período que, por exemplo, Portugal negociou com a Espanha o famoso tratado de Tordesilhas, pelo qual as duas grandes nações marítimas de então estabeleceram, pacificamente, as suas esferas de acção mundiais. Foi também neste período que Portugal transferiu o centro de gravidade do mundo do Mediterrâneo para o Atlântico.

Quando, a partir dos fins do século XVI, se perdeu a capacidade de continuar a manter o poder marítimo próprio, necessário ao domínio do mar, Portugal passou a ter que se apoiar em nações cujo poder lhe assegurasse a liberdade dos mares, com vista à defesa dos seus interesses vitais. Passou a recorrer, assim, ao apoio da potência marítima predominante e a formas de aliança bilateral, acordo regional e/ou associação colectiva com nações detentoras desse domínio. Ilustram bem esta asserção a célebre aliança bilateral com o Reino Unido, hoje a aliança mais antiga que ainda perdura no mundo e, a nível multilateral, a entrada de Portugal na NATO, logo no início desta aliança, como membro fundador, em que se integrou de imediato no SACLANT (Comando Supremo Aliado no Atlântico), comando essencialmente marítimo e atlântico e não no SACEUR (Comando Supremo Aliado na Europa), este de características predominantemente continentais.

Geograficamente, Portugal apresenta semelhanças com um arquipélago, formado pelos Açores, a Madeira e o continente, este separado da Europa por uma faixa de rarefacção de populações e actividades económicas ao longo da fronteira com a Espanha.

Não é de mais evidenciar a importância geoestratégica do chamado «triângulo português», embora a sua divulgação seja, hoje em dia, bastante ampla e, eventualmente, excessiva. O primeiro ponto a assinalar e sublinhar é que, do ponto de vista nacional, é a configuração geográfica desse triângulo, disperso pelo Atlântico, que permite a defesa em profundidade do nosso território. Na realidade, qualquer das suas três parcelas é, de per si, bastante

vulnerável e sem capacidade de defesa avançada. É o mar que vem acrescentar essa indispensável dimensão, unindo esses três territórios dispersos, e que vem atribuir ao conjunto atlântico por eles formado uma força superior ao mero somatório das três parcelas terrestres, tomadas separadamente.

Quer isto dizer que todo esse vasto triângulo dispõe de um espaço que só será submetido quando forem vencidos e dominados todos os vértices do mesmo triângulo. Assim, dispomos hoje, como dispúnhamos no passado, de espaço amplo para defesa em profundidade e para capacidade de manobra. Isto é, Portugal, se o quiser, não estará derrotado somente porque um agressor vindo por terra chega à linha de costa ou porque um agressor vindo do mar chega à fronteira terrestre peninsular.

Aliás, os arquipélagos do Atlântico Norte já permitiram, no passado, a organização da defesa do país por forma escalonada, a partir de cada um deles, possibilitando a intercepção e aniquilamento das forças adversas, o que ressalta bem dos seguintes factos históricos:

- o baluarte de resistência que constituiu a ilha Terceira, durante cerca de 3 anos, aos espanhóis e à ocupação dos Açores pelos ingleses;
- durante as lutas liberais, a Terceira foi novamente o bastião de defesa contra os assaltos das forças navais miguelistas e inglesas, e utilizada como ponto de partida para a acção no continente, concretizada com o desembarque no Mindelo;
- utilização, como base estratégica, da Madeira e do Porto Santo, para as esquadras de protecção à navegação comercial de interesse nacional.

Finalmente, é o próprio mar que permite alargar, para além das fronteiras territoriais de cada uma das parcelas do território nacional, a defesa em profundidade e escalo nada de cada uma e de todas elas.

O segundo ponto que quero realçar, do ponto de vista geográfico, é que, na área marítima do triângulo português, confluem cerca de 400 navios por dia, transportando aproximadamente dois terços do petróleo e outra importante tonelagem de matérias-primas que se destinam à Europa, provenientes do golfo Pérsico, África, Pacífico e América do Sul.

Esta área, para além de importante encruzilhada atlântica, como vimos, é também zona de aproximação e de controlo do estreito de Gibraltar, para acesso ao Mediterrâneo, onde se cruzará praticamente toda a navegação de reforço e reabastecimento do flanco sul da Europa em caso de tensão ou de guerra. Esta dupla condição marítima de Portugal,

situado, a um tempo, no mar aberto atlântico e no mar de acesso ao Mediterrâneo, confere posição privilegiada aos arquipélagos dos Açores e da Madeira para vigilância e controlo aeronaval da área, bem como para condução de operações navais e aéreas de protecção à densa navegação que percorre as linhas de comunicação marítimas que aqui confluem, indispensáveis ao abastecimento do Ocidente e, em particular, ao reforço e reabastecimento da Europa, vindo dos Estados Unidos através do Atlântico Norte.

As ilhas da Madeira e Porto Santo, frente à costa noroeste de África, constituem, além disso, uma posição excepcional, dado dominarem a entrada do Mediterrâneo e constituírem a primeira linha de contenção de qualquer ameaça proveniente do Sul.

Enfim, Portugal continental, no extremo oeste da Europa, está na primeira linha por onde se poderá processar o envolvimento do continente. Acresce ainda que o porto de Lisboa, pelas suas dimensões, apetrechamento e estaleiros navais, representa um excelente ponto de apoio naval, sendo também importante para *staging area* e para o *sea-lift* no âmbito do reforço da Europa.

O terceiro e último ponto a realçar é que as posições dos arquipélagos portugueses, em especial o dos Açores, constituem posições geográficas indispensáveis nos conceitos de defesa avançada e de projecção de poder dos Estados Unidos. É de resto bem conhecida, devido a factos ocorridos ainda muito recentemente, a importância dos Açores no cenário de conflito verificado fora da área NATO, neste caso no Iraque.

A neutralização ou ocupação da Madeira ou dos Açores, que são extremamente valiosos tanto para a NATO como para os Estados Unidos, como bases para reforço aéreo da Europa, para acções fora de área e para operações anti-submarinas no Atlântico, significariam a perda dessa capacidade e, portanto, um alvo apetecido das forças inimigas, o que merece a maior consideração na elaboração da estratégia defensiva do mundo ocidental.

Como é bem conhecido, Portugal possui uma estrutura económica algo desajustada, comparativamente aos países europeus mais industrializados, agora nossos parceiros na CEE.

Sem pretender entrar numa análise exaustiva deste problema, importa realçar contudo a íntima ligação entre o mar e a economia portuguesa.

Do ponto de vista económico, pode dizer-se que a totalidade do comércio externo português se efectua por mar e, praticamente, todo o comércio nacional interno, entre

continente e ilhas, utiliza a via marítima como meio de circulação dos seus produtos. Tal circunstância pode ser resumidamente exemplificada mediante apreciação dos seguintes valores:

Importações

via marítima 94 %

via terrestre 6 %

via aérea 0 %

Exportações

via marítima 82 %

via terrestre 14 %

via aérea 4 %

Resumidamente, poderá afirmar-se que, no comércio externo, Portugal precisa manter abertas linhas de comunicação marítimas para todos os continentes, a partir do Atlântico Norte, e utilizar praticamente todos os tipos de carga comercial, porquanto:

- os produtos energéticos e os recursos alimentares são dois sectores vitais para o abastecimento do país, dada a nossa quase total dependência em relação ao exterior no que se refere aos combustíveis e cereais;
- os produtos da importação são oriundos da América do Norte e do Sul, do Médio Oriente, da África e da Europa, sobressaindo nestes produtos os granéis sólidos e líquidos;
- as exportações se destinam aos países da CEE e à África, sendo a carga geral o tipo de carga mais movimentada;
- o comércio externo das regiões autónomas da Madeira e dos Açores é feito fundamentalmente por via marítima com o continente.

Note-se, porém, que, apesar da importância da via marítima, a marinha mercante portuguesa tem vindo a degradar-se, sendo actualmente a percentagem de carga transportada por armadores nacionais da ordem dos 30 por cento para os carbonetos e dos 15 por cento para a restante carga. Se atendermos ainda a que as transportadoras nacionais utilizam no tráfego marítimo navios afretados, maior se toma a nossa dependência em relação ao exterior. Considero, aliás, esta como uma das maiores vulnerabilidades

portuguesas, a qual, conjugada com a modéstia do nosso poder naval, tem graves incidências na execução de qualquer estratégia de defesa nacional que se possa planear.

Em segundo lugar - e ainda no campo da economia - não é de surpreender que a atenção de Portugal se vire para o desenvolvimento das fontes internas, na tentativa de recuperação económica indispensável ao crescimento do país.

Dentro dessas fontes internas, sobressai a nossa zona económica exclusiva (ZEE), cuja área atinge cerca de 490 mil milhas quadradas; é a maior dos países da CEE e 18 vezes superior à área terrestre de Portugal. Assim, a vastidão e a riqueza da ZEE portuguesa, pela qual a localização das ilhas atlânticas é grande responsável, pode Constituir uma base de desenvolvimento do potencial estratégico nacional e, conseqüentemente, um instrumento político de grande valor para acções ou negociações externas. Esta vastidão, porém, só poderá ser bem aproveitada se houver meios, designadamente navais e aéreos que, fiscalizando e exercendo a soberania portuguesa no mar interterritorial, garantam igualmente a ligação entre as parcelas do território, isto é, ajudem a preservar a coesão interterritorial.

Portugal está intimamente ligado ao mar, quer como grande via de comunicação para transporte dos seus produtos, quer como fonte de riqueza, cuja exploração o país necessita levar a limites que ainda não conseguiu alcançar. O mar continua a ser um factor de identidade e de união de todos os portugueses.

Princípios gerais da estratégia nacional

Julgo, assim, poder reduzir essencialmente a quatro os princípios estratégicos gerais que deverão orientar a estratégia nacional de hoje.

Princípio defensivo

Sendo Portugal uma nação pacífica, que não tem quaisquer reivindicações territoriais, mas que é ciosa da sua soberania, a sua estratégia é essencialmente defensiva e adequada a um território nacional disperso pelo oceano Atlântico.

Esta atitude não exclui, todavia, o direito de legítima defesa - individual ou colectiva - consignado no artigo 51.º da Carta das Nações Unidas, que Portugal reivindica se for alvo de agressão armada do exterior.

Princípio da unidade nacional

Este princípio consagra e define o nosso «triângulo estratégico» como unidade estratégica nacional, afirmando-se o espaço português com características euro-atlânticas, de origem histórica, geográfica e cultural, que é obrigatório preservar.

Este princípio aponta para a valorização do espaço marítimo interterritorial, a fim de equilibrar a falta de profundidade do território continental e permitir o interapoio militar recíproco entre as diversas parcelas que formam o todo nacional, caracterizado pela sua descontinuidade arquipelágica, disperso pelo Atlântico Norte. Esta estratégia consagra, assim, a necessidade de manter permanentemente a ligação e o contacto entre as diferentes parcelas do território nacional. Obriga ainda a que seja impensável que qualquer ataque a uma delas não seja considerado como um ataque a todo o país, desencadeando as acções de defesa julgadas mais convenientes.

Princípio da defesa autónoma

Nenhum país é verdadeiramente independente e soberano se não dispuser de uma capacidade autónoma de defesa que lhe permita dissuadir eventuais agressores, criando-lhes riscos potenciais de retaliação que os levem a evitar empreender acções ofensivas do interesse nacional.

Assim, Portugal deverá dispor de uma capacidade militar autónoma, de conteúdo dissuasor credível no contexto euro-atlântico em que está implantado. Só se dispuser dessa capacidade autónoma o país poderá decidir por si próprio, se falhar a dissuasão, defender e repelir ataques à sua soberania e integridade nacional, em circunstâncias em que não seja possível contar a curto prazo, ou mesmo de todo, com o apoio dos aliados.

Tal facto é tanto mais importante se nos lembrarmos que as regiões autónomas da Madeira e dos Açores dependem das suas linhas de comunicação marítimas com o continente em 99 por cento da totalidade das suas mercadorias, o que constitui cerca de 75 por cento do total das suas importações e exportações vitais.

Finalmente, só a existência de capacidade de defesa própria pode evitar o perigo de Portugal vir a dispor somente do «poder funcional» que lhe advém exclusivamente da sua geografia, de características atlânticas.

A título de exemplo, citarei que a inexistência de forças navais e aéreas portuguesas minimamente credíveis no âmbito da NATO levará facilmente a que qualquer outro dos nossos aliados ocupe as áreas de responsabilidade nacional, subalternizando-se assim o

interesse nacional e ficando gravemente feridos os altos objectivos de defesa, nomeadamente uma verdadeira independência e integridade nacionais.

O princípio da defesa autónoma - condição do estatuto de uma nação capaz de prosseguir uma política própria, em defesa dos superiores interesses nacionais - contempla uma outra atitude estratégica, que diria corolário daquela. Trata-se do exercício da projecção externa, que deve ter em justa conta o prestígio internacional e a liberdade de manobra externa, que só se consegue com um poder militar minimamente credível. No caso português, a concretização desta estratégia tem muito a ver com os meios navais, a quem caberá, entre outras acções, manter contactos com países de expressão portuguesa, com comunidades lusíadas no estrangeiro e com países amigos a que nos ligam importantíssimos interesses económicos e culturais.

Princípio de alianças

É evidente que sendo Portugal uma nação de fraco potencial e de escassos recursos económicos, muito tem a ganhar em prosseguir uma política de alianças. Nomeadamente, a aliança com a potência marítima dominante, tendo em vista a defesa dos interesses comuns e o fortalecimento da componente atlântica no quadro da nossa situação euro-atlântica, tem sido uma constante histórica que deve continuar.

Esta estratégia deve contudo ser interpretada como um reforço da nossa capacidade de defesa autónoma e não a sua substituição, como por vezes se ouve em certos sectores menos avisados. Nestas circunstâncias, deve procurar-se um caminho convergente, defesa nacional - defesa NATO, evitando desnecessárias dicotomias entre as necessidades nacionais e as da NATO. Todas as razões, entre as quais as de ordem económica, apontam nesse sentido.

Finalmente, além da aliança a nível multilateral que Portugal mantém com a NATO (potência marítima preponderante a nível mundial, de carácter colectivo), mantém ainda acordos bilaterais com os Estados Unidos (potência marítima preponderante mundial, a nível individual) dos quais tem resultado um intercâmbio de esforços e uma estratégia marítima de interesse comum. Nela coexistem as necessidades de defesa avançada do continente norte-americano com as necessidades de defesa em profundidade do espaço português e com a utilização dos espaços marítimos confinantes, para intervenção em qualquer parcela do território nacional a partir dos restantes. A protecção dos arquipélagos e a defesa das linhas de comunicação marítimas são dois bons exemplos dos lucros que os

portugueses visam obter, quer com a NATO quer com os Estados Unidos, nos seus acordos de defesa mútua.

O conceito estratégico de defesa nacional

O actual conceito estratégico de defesa nacional é um documento excessivamente amplo em termos de conceito. Contudo, para definir, como lhe cabe, os aspectos fundamentais da estratégia global do Estado adoptada para a consecução dos objectivos da política de defesa nacional no espaço euro-atlântico que lhe é próprio - ele dá especial realce à vertente atlântica.

Considera-se que o território nacional desde muito cedo se tornou arquipelágico, como consequência natural de integrar o mar na lógica nacional de defesa e de viabilizar a manutenção da sua independência, numa península com a marcada tendência para a integração em torno do Estado de características mais acentuadamente territoriais, a Espanha.

Este atlantismo, garante da nossa independência nacional e característica essencial da nossa identidade como povo, integra pois no espaço natural, ou territorial, a ideia do espaço marítimo.

Esta opção atlântica é, aliás, complementar da afirmação europeia no seu diálogo e cooperação transatlântica, uma vez que um país como o nosso nunca deve perder a consciência da sua dimensão e solidariedade europeia. Doutra forma, pouco poderá fazer dentro da Aliança.

Assim, à fidelidade de Portugal às comunidades da Europa e à NATO, deve corresponder o reconhecimento do valor geoestratégico da nossa posição atlântica e da nossa natureza arquipelágica.

Desta forma, o CEDN consagra que a política militar externa de defesa deverá ter sempre em consideração especial o carácter descontínuo e a importância estratégica essencial das fronteiras e áreas marítimas e do espaço interterritorial; e que, no plano militar interno, deverá ter ainda em consideração assegurar uma capacidade militar própria, dissuasora, que desencoraje a agressão e permita a defesa conjugada do território nacional procurando, dada a dispersão geográfica e a falta de profundidade continental, exercer presença e vigilância marítima e aérea no espaço interterritorial, e assegurar capacidade de reforço e de intervenção rápida em qualquer área do nosso território.

Por outro lado, a participação portuguesa na NATO deve reforçar a nossa capacidade de defesa autónoma e ser compatível com esta, na utilização dos mesmos meios e capacidades para a realização desse duplo objectivo, seja no que toca à defesa territorial, seja no que toca aos espaços interterritoriais, e deve ser orientada essencialmente em relação à defesa à distância, adequada ao interesse nacional.

E isto porque os nossos objectivos de defesa são, em primeiro lugar, os objectivos nacionais; e ainda porque os objectivos da aliança, em que nos integramos, são também complemento destes objectivos, no quadro do alinhamento ocidental em que se inscreve a nossa política de defesa.

O CEDN contém, pois, em si os quatro princípios estratégicos atrás enunciados e, no conteúdo global das suas áreas de intervenção, comporta a capacidade da opção estratégica marítima, agora também de acrescido interesse e importância no contexto actual do pensamento estratégico da Aliança.

A exigência de meios marítimos adequados

De tudo o que atrás ficou dito, julgo que se poderá concluir que não é desenvolvendo em Portugal um pensamento estratégico continental, de carácter essencialmente introvertido e isolacionista - virado para «muralhas em torno do país» e fortes concentrações de forças estacionadas e dispersas pelo território - que se poderá defender um país arquipelágico, disperso pelo Atlântico e colocado no extremo ocidental da Europa.

Num mundo cada vez mais multipolar e interdependente e num país, como o nosso, integrado cultural, política e economicamente na Europa da NATO, da CEE e da UEO, somente o prosseguimento racional duma opção estratégica virada para o exterior, opção predominantemente marítima, poderá proporcionar uma mais equilibrada e eficiente distribuição de meios pelos múltiplos objectivos estratégicos nacionais.

É ela que também melhor responderá à contribuição que a Portugal cabe na defesa colectiva da Aliança Atlântica, uma vez que obriga à existência duma forte componente aeronaval, em reforço de forças terrestres de dimensão adequada, bem equipadas e móveis, indispensáveis à defesa terrestre.

É ainda, sem dúvida, o equilibrado desenvolvimento da componente marítima da opção estratégica, o único que permitirá uma natural e continuada ligação aos países africanos de

expressão portuguesa, com o Brasil e com os nossos tradicionais aliados ligados ao mar e à história de Portugal.

Finalmente, sem uma opção estratégica marítima coerente não haverá certamente meios suficientes e adequados à defesa dos largos interesses económicos nacionais que residem na extensa ZEE portuguesa nem, paralelamente, a possibilidade de conseguir racionalmente profundidade de defesa no conjunto triangular do nosso território.

O recente episódio da invasão iraquiana veio indubitavelmente demonstrar que Portugal só poderá cumprir com dignidade o seu papel de contribuinte sério no dispositivo de segurança colectivo internacional se dispuser de meios marítimos - navais e aéreos - adequados.

O presente CEDN é, contudo, excessivamente vago e difuso, permitindo dele extrair muitas e quase opostas leituras. Por isso, torna-se necessário, que, entre as múltiplas e vagas opções possíveis, no quadro do seu amplo conteúdo, seja indicado, com clareza, «o que se vai defender primeiro» e que, por outro, seja adoptada paralelamente uma hierarquia de prioridades de investimento, orientada no sentido de atribuir, no mais curto prazo, das verbas justamente destinadas aos objectivos de defesa prioritários e, portanto, seleccionados em primeiro lugar.

De facto, não tem sentido falar em opções estratégicas sem ligar essas opções aos recursos disponíveis para as alcançar. A estratégia, no fundo, não é mais que a ciência que se ocupa da utilização dos meios para alcançar certos fins. Os fins são os objectivos de defesa escolhidos, os meios são toda a espécie de recursos postos ao dispor desses fins.

Se os meios disponíveis são insuficientes, há que repensar e reduzir os objectivos, aceitando os riscos que daí advêm. Se esses objectivos são inadiáveis, então haverá que aumentar os recursos para os alcançar.

É este jogo essencial de decisão que é urgente que o poder leve a cabo para que a modernização das forças armadas se processe seguindo rigorosamente as principais prioridades de defesa resultantes das opções estratégicas fundamentais.

Notas

O presente trabalho apoiou-se, entre outros documentos de consulta diária, nos seguintes trabalhos anteriormente efectuados pelo autor:

«*A modernização das Forças Armadas Portuguesas face à opção euro-atlântica*» - Comunicação efectuada no I Congresso de Estratégia promovido pelo IEEI, entre 12 e 15 de Março de 1985, em Lisboa.

«*Contribuição portuguesa na defesa das linhas de comunicação marítimas*» - Comunicação feita no seminário subordinado ao tema «Segurança Económica Europeia», patrocinado pelo Consejo Superior de Investigaciones Científicas, do Instituto de Economia Aplicada da Universidade Autónoma de Madrid, em 8 de Dezembro de 1985, em Madrid.

«*Algumas reflexões sobre estratégia naval portuguesa*» - Palestra proferida no Instituto de Ciências Sociais e Políticas, ao Mestrado de Estratégia, em 6 de Maio de 1986.

«*O pensamento estratégico no Portugal de hoje*» Comunicação efectuada no seminário internacional sobre «Os intelectuais e a Estratégia», promovido pelos Instituto Español de Estudios Estratégicos e o IEEI, em Salamanca, em 15 de Julho de 1987.

«*A modernização das Forças Armadas portuguesas e as missões no espaço euro-atlântico e extra-europeu*» - Palestra proferida no Ciclo da Primavera promovido pelo IEEI, em Lisboa, em 20 de Junho de 1989, sob o tema «Pensando a política de defesa portuguesa».

«*A evolução da situação internacional e o futuro da defesa nacional*» - Palestra proferida em 26 de Julho de 1990, em Lisboa, no colóquio parlamentar subordinado ao título «O futuro da defesa nacional num novo contexto estratégico».